



DOI: <https://doi.org/10.26694/cadpetfilo.v16i32.8043>

## CIÊNCIA E EXCLUSÃO: BARREIRAS EPISTÊMICAS E A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO CONHECIMENTO

*Science and exclusion: Epistemic barriers and women's participation in knowledge.*

Maria Geiciane Silva de Souza<sup>1</sup>

### RESUMO

Este artigo apresenta uma análise crítica da produção do conhecimento científico a partir da perspectiva da epistemologia feminista, investigando as barreiras epistemológicas e sociais que historicamente limitaram a participação e o reconhecimento das mulheres na ciência. Partindo da problematização da suposta neutralidade científica, o estudo discute como estereótipos de gênero e relações de poder influenciaram práticas científicas, critérios de validação do saber e a desvalorização de experiências femininas. A pesquisa fundamenta-se em revisão bibliográfica de autores da filosofia da ciência e do feminismo, com destaque para os conceitos de injustiça epistêmica, conforme proposto por Miranda Fricker, especialmente nas modalidades testimonial e hermenêutica. Metodologicamente, o trabalho baseia-se em levantamento e análise crítica de literatura, articulando debates teóricos sobre ciência, gênero e exclusão epistêmica. Os resultados evidenciam que a marginalização das mulheres no campo científico não se restringe ao acesso institucional, mas envolve também mecanismos simbólicos e conceituais que afetam a produção, transmissão e reconhecimento do conhecimento. Conclui-se que a epistemologia feminista oferece ferramentas teóricas relevantes para questionar tais exclusões e contribuir para a construção de uma ciência mais inclusiva, plural e socialmente responsável.

**Palavras-chave:** Epistemologia feminista; ciência; gênero; injustiça epistêmica; exclusão do conhecimento.

### ABSTRACT

This article presents a critical analysis of scientific knowledge production from the perspective of feminist epistemology, investigating the epistemological and social barriers that have historically limited women's participation and recognition in science. Starting from the problematization of supposed scientific neutrality, the study discusses how gender stereotypes and power relations have influenced scientific practices, criteria for validating knowledge, and the devaluation of female experiences. The research is based on a bibliographic review of authors in the philosophy of science and feminism, with an emphasis on the concepts of epistemic injustice, as proposed by Miranda Fricker, especially in the testimonial and hermeneutic modalities. Methodologically, the work is based on a survey and critical analysis of literature, articulating theoretical debates on science, gender, and epistemic exclusion. The results show that the marginalization of women in the scientific field is not restricted to institutional access, but also involves symbolic and conceptual mechanisms that affect the production, transmission, and recognition of knowledge. It is concluded

<sup>1</sup> Graduanda em Licenciatura em Filosofia pela UFPI (Universidade Federal do Piauí) e bolsista do Programa de Educação Tutorial – PET Filosofia UFPI. E-mail: mgeici10@gmail.com



that feminist epistemology offers relevant theoretical tools to question such exclusions and contribute to the construction of a more inclusive, pluralistic, and socially responsible science.

**Keywords:** Feminist epistemology; science; gender; epistemic injustice; exclusion of knowledge.

## INTRODUÇÃO

A produção do conhecimento científico, frequentemente apresentada como neutra e objetiva, reflete, na prática, estruturas sociais e relações de poder que historicamente limitaram o acesso e o reconhecimento de certos grupos, especialmente as mulheres. Ao longo da história, estereótipos de gênero e concepções tradicionais sobre racionalidade e competência científica restringiram a participação feminina e moldaram quais experiências eram consideradas relevantes ou válidas na construção do saber. Este trabalho se propõe a analisar como barreiras epistemológicas e sociais influenciaram a inserção das mulheres na ciência, destacando os mecanismos de exclusão e suas consequências para a produção de conhecimento. Fundamenta-se na epistemologia feminista, uma perspectiva crítica que questiona a neutralidade aparente da ciência, valoriza experiências historicamente marginalizadas e propõe alternativas para uma investigação mais inclusiva e plural.

A pesquisa se apoia em uma revisão de literatura que inclui autores como Alberto Cupani, para a compreensão do conceito e dos valores da ciência; Helen Longino e Evelyn Fox Keller, para a análise de gênero e feminismo na produção científica; e Miranda Fricker, cujo conceito de injustiça epistêmica fornece a base teórica para compreender as barreiras enfrentadas por mulheres na ciência. A partir desses referenciais, este estudo discute como práticas científicas podem reproduzir desigualdades e propõe caminhos para uma ciência que seja ao mesmo tempo rigorosa, inclusiva e representativa da diversidade de experiências humanas.

O livro *“Injustiça Epistêmica: O poder e a ética do conhecimento”*, da filósofa inglesa Miranda Fricker publicado no Brasil pela editora EdUsp com tradução de Breno R. G.Santos. Constitui-se aqui uma das leituras que mais fundamentais deste trabalho, nele a autora discute como as práticas e trocas de conhecimento podem prejudicar um indivíduo em vários níveis, para isso ela traz dois tipos de injustiça epistêmica, sendo elas as injustiças testemunhais e injustiças hermenêuticas.

Na primeira, são levadas em consideração a descredibilidade dada a um indivíduo por preconceitos relacionados a sua identidade social (ser negro ou lgbtqiap+ por exemplo),



nisto a pessoa deixa de ser ouvida e passa a ser excluída e não considerada sendo colocada à beira da marginalização, tais preconceitos apagam o indivíduo que mesmo existente é privado de trocas conversacionais, a autora até mesmo enfatiza que isso reverbera em questões psicológicas em que o indivíduo por não ser considerado acaba que por não acreditar no seu próprio valor, visto que somos seres sociais constituídos na relação um com o outro e que sobre privação desta padece.

Na segunda, temos as injustiças que acontecem quando pessoas não dispõem de um recurso conceitual para reconhecer a própria experiência, que só será entendida quando compartilhada em um meio coletivo que reconhecem entre si as vivências e passam a entender e nomear as experiências, um exemplo bem claro trazido pela autora é a do assédio sexual, que antes de ser difundido como um termo que define a coação de um homem para com uma mulher através de carícias indesejadas e falas inconvenientes, não chegava às mulheres que viviam essa situação. Para que se entendesse e definisse esse termo foi necessário quebrar o silêncio e começar a falar sobre o que até então eram casos isolados e recebiam no máximo o nome de importuno, a partir de falas compartilhadas por um coletivo é que se passa a entender a dimensão do problema e a recorrência deste, podendo ser assim nomeado não como apenas um assédio, mas um de cunho sexual. Por isso, as injustiças hermenêuticas são difíceis de se identificar, pois na maioria das vezes são silenciosas desconhecidas até pelo próprio indivíduo que precisará passar por toda uma autoavaliação em conjunto com um meio para que se possa ser consciente de que sofreu tal preconceito.

## A CIÊNCIA

Para compreender a exclusão de mulheres na ciência, é necessário primeiro esclarecer o que se entende por “ciência”. E se apoiando no livro “*Filosofia da Ciência*”, de Alberto Cupani, é possível traçar uma trajetória do significado desta palavra. Assim coloca o autor: “A ciência é a busca de saber, ou por ele mesmo, ou pela sua utilidade.” (Cupani, 2009, pág.106)

Tradicionalmente, a ciência se apoia em princípios de objetividade e universalidade, sendo estes conceitos fundamentais para distinguir diferentes formas de investigação. Uma das divisões clássicas é entre ciência pura e ciência aplicada: a primeira se concentra exclusivamente na ampliação do conhecimento, enquanto a segunda busca aplicação prática e transformação da realidade. A diferença central, portanto, está na utilidade do saber.



No entanto, ao avançar na discussão sobre os valores presentes na ciência, percebe-se que ela também pode ser entendida como um instrumento social, cujo uso e resultados dependem de quem a produz e em que contexto. As escolhas metodológicas, as perguntas que se fazem e os problemas que se priorizam refletem, muitas vezes, interesses específicos e estruturas de poder. É nesse ponto que surgem questões centrais para este trabalho: a ciência não é completamente neutra, e suas práticas podem tanto produzir exclusões quanto servir como meio de inclusão, dependendo de como os conhecimentos são produzidos, validados e aplicados. É nessa perspectiva que podemos abrir caminho para relacionar o conceito de ciência com a injustiça epistêmica, especialmente no que se refere à marginalização de mulheres como produtoras de conhecimento, tema que será explorado a seguir.

### **BARREIRAS EPISTEMOLÓGICAS E INJUSTIÇA EPISTÊMICA**

A partir da compreensão do conceito de ciência, é possível analisar como barreiras epistemológicas e sociais têm limitado a inserção e o reconhecimento das mulheres nesse campo. Historicamente, a produção científica foi moldada por estereótipos de gênero que associavam o saber à racionalidade masculina e à objetividade “neutra”, enquanto às mulheres eram atribuídas características ligadas à emoção, ao corpo, à reprodução e à domesticidade. Esses estereótipos não apenas restringiram o acesso das mulheres à ciência, mas também desvalorizaram suas contribuições, criando um ambiente em que suas vozes e experiências eram sistematicamente marginalizadas.

É nesse contexto que se torna relevante o conceito de injustiça epistêmica, desenvolvido por Miranda Fricker. A injustiça epistêmica refere-se às situações em que indivíduos ou grupos são prejudicados na sua capacidade de gerar, transmitir ou validar conhecimento, muitas vezes por preconceitos e relações de poder. No caso das mulheres na ciência, esse tipo de injustiça pode ocorrer de duas formas; Como uma Injustiça testemunhal: quando a palavra de uma mulher é desacreditada ou desvalorizada devido a estereótipos de gênero. Por exemplo, descobertas, hipóteses ou interpretações apresentadas por mulheres podem ter sido recebidas com ceticismo, enquanto produções equivalentes de homens eram aceitas como autoritativas. Como uma injustiça hermenêutica: que acontece quando faltam recursos conceituais e estruturas interpretativas adequadas para nomear ou compreender experiências femininas. Historicamente, muitas questões relacionadas ao



corpo, à sexualidade ou às vivências das mulheres na ciência não possuíam espaço conceitual ou reconhecimento, dificultando que fossem incorporadas ao conhecimento oficial.

Ao relacionar esses conceitos com a epistemologia feminista, percebe-se que esta oferece uma lente crítica capaz de questionar as bases de exclusão e propor alternativas para a produção de conhecimento. A epistemologia feminista valoriza experiências historicamente marginalizadas, problematiza as relações de poder na ciência e sugere formas de investigação que incluam as vivências das mulheres de maneira mais direta e representativa. Assim, o uso dessa perspectiva permite não apenas identificar injustiças epistêmicas, mas também pensar caminhos para uma ciência mais inclusiva e plural, capaz de refletir melhor a diversidade de experiências humanas.

## CONCLUSÃO

A análise desenvolvida neste trabalho evidencia que a ciência, embora tradicionalmente orientada por princípios de objetividade e universalidade, não é neutra em termos sociais ou epistemológicos. Barreiras históricas e estereótipos de gênero restringiram o acesso e desvalorizaram a participação das mulheres, gerando situações de injustiça epistêmica tanto testemunhal quanto hermenêutica. As mulheres, muitas vezes, foram desacreditadas ou tiveram suas experiências invisibilizadas, o que resultou em limitações significativas na produção e validação de conhecimento.

Ao adotar a perspectiva da epistemologia feminista, torna-se possível problematizar essas exclusões e compreender como relações de poder estruturam a ciência, oferecendo ferramentas para propor uma produção de conhecimento mais inclusiva, plural e representativa. Essa abordagem não apenas reconhece e valoriza experiências historicamente marginalizadas, mas também desafia a ideia de que a ciência é universalmente neutra, mostrando que as escolhas metodológicas e os valores implícitos em cada investigação refletem interesses sociais e culturais específicos.

Além disso, a reflexão sobre injustiças epistêmicas demonstra que a inclusão das mulheres na ciência não se limita a um aspecto quantitativo — aumentar o número de pesquisadoras —, mas envolve também a transformação qualitativa das práticas científicas, permitindo que diferentes perspectivas e vivências sejam incorporadas ao saber produzido.



Esse reconhecimento é fundamental para que a ciência se torne mais justa, precisa e socialmente relevante, contribuindo para a construção de conhecimento que atenda a diversidade da experiência humana.

Portanto, o estudo reforça que a interação entre epistemologia feminista e análise de injustiça epistêmica não apenas evidencia falhas históricas e contemporâneas na produção científica, mas também aponta caminhos concretos para mudanças estruturais. Ao valorizar vozes antes marginalizadas, promover representatividade e questionar os critérios de validação do saber, a ciência pode se tornar mais democrática, inclusiva e capaz de gerar resultados que beneficiem a sociedade como um todo.

## REFERÊNCIAS

- CHAUI, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 2010.
- CUPANI, Alberto. **Filosofia da Ciência**. Florianópolis: EAD-Filosofia/UFSC, 2009.
- FRENCH, Steven. **Ciência: conceitos-chave em filosofia**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- FRICKER, Miranda. **Injustiça epistêmica: O poder e a ética do conhecimento**. São Paulo: Edusp, 2024.
- JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia. 4ª ed. rev. e ampl. de acordo com a nova ortografia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.
- KELLER, Evelyn Fox. **Qual foi o impacto do feminismo na ciência?** Cadernos Pagu, v. 27, pp. 13-13, 2006.
- KETZER, Patricia. **Epistemologia feminista. Blogs de ciência da universidade estadual de Campinas**. São Paulo, 2021. Disponível em: <[Blog Mulheres na Filosofia](#)> . Acesso em: 25 mar. 2025.
- LONGINO, Helen. **Valores, heurística e política do conhecimento**. Scientiae Studia, v. 15, n. 1, p. 39–57, 2017.
- SANTANA, Camila Martins. **Feminismo e Ciência: possíveis avanços a partir de políticas feministas e de gênero na ciência**. Revista Pós, v. 14, n. 2, p.35-57, Agosto 2019.